

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de S. Paulo

Class.: 250

Data: 29/08/77

Pg.: _____

**Para a Funai,
empresas não
ameaçam índios**

FSP. 29-8-77
JOSE ROBERTO FECURY
Da Sucursal de Brasília

"Ao contrário do que a maioria das pessoas, pensa, a grande ameaça às áreas indígenas não é representada pelas grandes empresas agropecuárias, beneficiadas por incentivos fiscais da Sudam, mas pelos posseiros que se instalam dentro dos limites das reservas". A afirmação foi feita à "Folha" pelo presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, ao falar sobre os principais problemas do índio e das medidas que o órgão indigenista oficial está tomando para solucioná-los.

Disse que "se houver sinceridade de propósitos, onde o objetivo principal seja o índio, e sem uma atuação que tem se caracterizado, até agora, pela crítica pura e simples, não só contra a atuação da Funai, mas a ministros de Estado, a Funai estará disposta a dialogar com o Conselho Indigenista Missionário", principal defensor da tese de que as agropecuárias da Amazônia estão invadindo as terras indígenas sem que seja tomada nenhuma iniciativa para conter esse avanço.

Para o general, a atuação do CIMI é "destrutiva". Ele argumenta que "construir é reunir as dioceses com os índios e a Funai, para encontrar soluções", anunciando, assim, um encontro que terá entre os dias 1.º e 7 de setembro com os bispos de Miranda, Campo Grande e Corumbá, que têm como prelado d. Ladislav, presidente dos trabalhos.

Ao comentar críticas formuladas à Funai durante uma reunião de índios e antropólogos de todos os países das Américas, que não contou com a participação de índios nem funcionários brasileiros, o presidente da Funai revelou que não tomou conhecimento da iniciativa, assinalando que "se chegasse um convite iríamos ver qual seria o objetivo da reunião". Explicou que o Brasil é diferente dos outros países pela diversidade de grupos indígenas: "Seria difícil mandar um índio que pudesse representar todos os outros".

Depois de assinalar que "improcedem as reclamações à tutela que a legislação impõe ao índio, o general disse que ela "não impede muita coisa. No Brasil, há índios eleitores (só em Taunay eles chegam a 700), há os que fizeram serviço militar, e essas coisas ninguém impede. Aqui, o índio se locomove para onde quer, e ninguém impede".

Evitando uma crítica direta aos irmãos Villas-Boas, que pregam a manutenção do "status quo" indígena em reservas, em perfeita contradição com o estatuto. Ismarth acentuou que "preservação e integração são compatíveis. O Parque do Xingú foi um trabalho exclusivamente para preservação, porque naquele tempo havia possibilidade de dar-se a esse luxo. Hoje em dia, o contato com a civilização é inevitável, e o trabalho da Funai é fazer com que a aproximação seja lenta. Daqui a 20 anos o parque do Xingú estará cercado de fazendas".

"Enquanto não houver necessidade, os grupos desconhecidos continuarão desta maneira, pois só é preciso a aproximação quando os problemas começam a surgir, pois o índio sobrevive sem intervenção. Acho que não há incompatibilidade entre preservação e integração porque a aculturação é a troca de costumes. Quando houver a integração do índio à comunidade nacional, muitos costumes serão preservados simplesmente pela permuta. A nossa missão é preparar o índio para este encontro".

"Não houve encolhimento nas reservas indígenas, o que houve foi diminuição, como na reserva de Itapiuna, onde não existiam mais índios. O grande problema é a definição de reservas, que estamos tentando fazer na Amazônia antes que as frentes de ocupação cheguem. Há, porém, invasões de posseiros nas reservas de Xerente e Apinagé, em Goiás. Nos dois casos estamos com ação na Justiça contra os invasores".

O argumento do general de que as fazendas não entram em terras indígenas se baseia no convênio firmado entre a Funai, a Sudam, e os bancos da Amazônia e do Brasil, segundo o qual nenhum financiamento agropecuário é concedido sem certidão negativa fornecida pela Funai. "Eles estão cumprindo o acordo e a Funai não concede certidão em área indígena ou em área de perambulação. O maior problema é o posseiro, mas com a discriminação de terras, pelo Incra, tudo pode ser resolvido. Essas certidões são fornecidas desde a primeira administração da Funai, mas não sei qual era a mecânica. Hoje, não fornecemos certidões quando há dúvida".

A área atualmente em questão entre a Funai e o IBDF, na ilha do Bananal, segundo o general, já tem solução, que será a anexação do posto indígena de Macauba — que, por erro oficial ficou dentro do parque florestal — ao parque indígena do Araguaia, que ocupa dois terços da ilha. "As áreas indígenas ainda serão transformadas em parques florestais, pois o índio não é predador".

Ainda na sexta-feira, posseiros armados invadiram a demarcação do posto indígena de Sete de Setembro, em Rondônia. Para Ismarth, o problema será resolvido em breve, pois a Funai já acionou a Polícia Federal para garantir a demarcação. "Se a Polícia Federal não tiver força para conter os posseiros, chamaremos as Forças Armadas. O que esse pessoal tem que ver é que o Incra vai assentá-los em outras terras. Nossa preocupação é manter o índio afastado do problema, para evitar o seu envolvimento".

Admitindo que as verbas da Funai são pequenas, o general informou que o ministro do Interior está estudando uma maneira de conseguir do governo federal maiores recursos que permitam à Funai a contratação de elementos necessários, particularmente os que lidam diretamente com índios. "Isso significa técnicos indigenistas, enfermeiros e professores, pagos por um complemento de dotação".

"Depois da vacinação em massa, acabaram-se as epidemias que os brancos levavam ao índio. Esses problemas surgem com a construção de estradas, e só quando a Funai toma conhecimento com certa antecedência pode ser evitado".

Em um desabafo, ele concluiu dizendo que "mais difícil de evitar, é a cachaça e a prostituição, que o branco leva até o índio, mas tudo pode ser minimizado à medida que os projetos de desenvolvimento forem implantados".